

Pela defesa da Pátria: masculinidade e militarismo no Brasil (1889-1939)

Tiago Fernandes Maranhão

Loyola University New Orleans

• tfernand@loyno.edu

ORCID 0000-0001-6322-8895

DOI

<https://doi.org/10.34913/journals/lingua-lugar.2023.e1485>

Este artigo argumenta que as ações adotadas pelas forças militares brasileiras, nomeadamente na formação de uma masculinidade modelar a ser reproduzida, tiveram relação direta com os pensamentos sobre a construção da identidade nacional através do direcionamento institucionalizado de corpos masculinos. Para tal, são analisadas inicialmente as abordagens e perspectivas adotadas pelas instituições militares comprometidas com o conceito de “cidadão-soldado” nos anos anteriores ao regime de Getúlio Vargas. Apresenta, também, as motivações históricas subjacentes aos estudos biotipológicos de corpos militarizados promovidos durante o período do Estado Novo no Brasil. O artigo ressalta, por fim, os contextos que conferiram importância central aos corpos masculinos na reestruturação das instituições militares e na formulação de políticas estatais nas primeiras décadas da república brasileira. **Palavras-chave:** Masculinidade; Militarismo; Brasil; Nação.



Cet article soutient que les actions menées par les forces militaires brésiliennes, notamment la formation d'une masculinité modèle à reproduire, ont eu un rapport direct avec la pensée sur la construction de l'identité nationale par l'orientation des corps masculins. Pour cela, il analyse d'abord les approches et perspectives adoptées par les institutions militaires engagées avec le concept « citoyen-soldat » des années précédant le régime de Getúlio Vargas. Il présente aussi les motivations historiques sous-jacentes aux études biotypologiques des corps militarisés qui ont été promues pendant la période de l'État Nouveau au Brésil. L'article souligne enfin les contextes qui ont accordé une importance centrale aux

corps masculins dans la restructuration des institutions militaires et dans la formulation des politiques étatiques des premières décennies de la République brésilienne.

Mots-clés : Masculinité ; Militarisme ; Brésil ; Nation.

Introdução

Em 1939, durante o regime de Getúlio Vargas, o serviço de biotipologia da Brigada Militar do estado de Pernambuco publicou um estudo chamado “Morfologia do Homem do Nordeste” como parte da Coleção Documentos Brasileiros, dirigida e organizada pelo sociólogo Gilberto Freyre. O estudo coligiu uma vasta bibliografia e teses científicas, notadamente brasileiras e europeias, com o objetivo de definir a constituição física dos soldados da região nordeste do Brasil com base na biotipologia e em suas características morfológicas. Com treinamento em endocrinologia feito na Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro, os médicos encarregados da pesquisa em Pernambuco compilaram estatísticas corporais e categorizaram os biótipos visando a criar um modelo de classificação corporal que atendesse às exigências antropométricas da época. Ao analisar os biótipos em diversas áreas geográficas de Pernambuco, os pesquisadores concluíram que era viável alterar as características do corpo e, assim, potencialmente “aperfeiçoar a raça” brasileira por meio de influências externas nas condições ambientais, refletindo claramente aspectos do neo-Lamarckismo.

As forças militares tiveram papel decisivo na consolidação da Revolução de 1930 no Brasil, e os primeiros anos da chamada Era Vargas marcaram sua forte presença política em apoio ao governo ditatorial. Durante o regime autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945), os saberes e práticas corporais militares serviram de base para as tentativas políticas do Estado Novo de identificar perfis morfofisiológicos e biotipológicos dos brasi-

leiros em seu projeto de moldar a população brasileira à própria imagem do regime. A década de 1930 marcou a criação de gabinetes biométricos nas instituições militares, como o estabelecido em Pernambuco, e a intensificação dos estudos biotipológicos influenciados pelas classificações antropológicas e criminológicas do século XIX.

Ao desenvolverem estudos biotipológicos regionais, as instituições militares brasileiras começaram a classificar os corpos dos soldados em tipologias, propondo a medição de vários tipos morfológicos e fisiológicos de militares, além de tratar estatisticamente os dados para estabelecer uma base de informações e conhecimento métrico sobre aqueles corpos masculinos. A consolidação de um discurso determinista-biológico brasileiro sobre a identidade nacional estava perfeitamente adequada às correspondentes exigências do Estado Novo de Getúlio Vargas e do “homem novo” idealizado por seu regime autoritário. Mas quão “novos” eram esses discursos e preocupações?

A construção política dos ideais de masculinidade deixa uma impressão cultural duradoura nas sociedades, moldando imagens e reforçando papéis sociais distintos por meio de discursos que se apoiam em estereótipos de gênero (Bourdieu, 2002). No Brasil em especial, esses discursos frequentemente se justificam na ideia de defesa da honra e da preservação da família como patrimônio. O sentimento de patriotismo e o ideal de Nação também refletem perspectivas de relações sociais entre masculinidade e dominação. O próprio conceito de “patriotismo”, que carrega a conotação de “pai”, está intrinsecamente entrelaçado com a noção de construção e sustentação dos valores culturais que ressaltam um papel tradicionalmente masculino na definição e proteção desses ideais.

Essa elaboração política de uma masculinidade idealizada foi parte intrínseca dos esforços para forjar uma ideia de nação no Brasil, já presente desde o início da República em 1889. O Estado brasileiro reproduziu estereótipos de masculinidade utilizados e articulados em diferentes situações, abrangendo desde o âmbito da saúde e das instituições de ensino, até a percepção sobre a família e o trabalho, os quais eram considerados como pilares representativos para a distinção do modelo de um pai-cidadão exemplar (Santos & Nardi, 2018; Barros, 2021). Nesse contexto, as instituições militares desempenharam função crucial, e específica, na disseminação do ideal masculino do “cidadão-soldado”, considerado o responsável pela defesa da pátria e pela garantia da “ordem e progresso” do Brasil.¹

¹ O lema “ordem e progresso” foi inspirado nos ideais do positivismo na época da criação da bandeira nacional brasileira em 1889.

Mediante sua militarização, o Estado brasileiro estabeleceu uma relação entre a idealização de indivíduos e características particularmente atribuídas à masculinidade, como força, disciplina e coragem. Com base nesses princípios, corpos masculinos militarizados contribuiriam para a formação da identidade nacional, transformando homens em modelos de liderança e virtude. Este artigo destaca, portanto, as motivações históricas por trás dos estudos biotipológicos de corpos militarizados, analisando as abordagens das instituições militares comprometidas em forjar um ideal de masculinidade. Para isso, destaca-se a relevância atribuída a corpos masculinos na reestruturação institucional militar e nas políticas estatais durante o início da República no Brasil.

Concepções republicanas a respeito do “cidadão-soldado”

Os primeiros momentos da República no Brasil (especialmente entre 1889 e 1930), embora férteis em propostas e tentativas de aprimoramento e estabelecimento de novos paradigmas de modernidade para a nação, também testemunharam intensas disputas entre as elites na arena política (Almeida, 2004; Viotti da Costa, 2010). A república brasileira emergiu como uma resposta à necessidade de reestruturar a intrincada teia política e social que envolvia o país desde a sua independência em 1822. O Brasil se via imerso na incontestável decadência das oligarquias agrárias tradicionais, no fim de séculos de escravatura (burocraticamente assinado em 1888), enquanto a máquina da industrialização e da urbanização em massa dava os seus primeiros passos. Nesse contexto, um contingente militar considerável assumiu o papel de protagonista no movimento político republicano. A “Questão Militar”, cujo eco ressoava desde os anos de 1870, desdobrou-se numa série de conflitos entre as Forças Armadas e o governo imperial até o desfecho marcante da proclamação oficial da República no dia 15 de novembro de 1889 (McCann, 2004).

Ao longo de diversos períodos históricos, ocorreram transformações no entendimento do perfil físico militar. Não obstante, a principal finalidade subjacente aos critérios físicos e à conformação corporal no contexto das Forças Armadas residia em identificar os elementos mais apropriados para enfrentar as exigências físicas inerentes ao serviço militar. Em variados cenários, a importância do corpo masculino imbuído de militarismo permeou as discussões concernentes à construção da identidade nacional brasileira. Com a transição para a República, as preocupações dos militares do Brasil em relação aos padrões físicos tornaram-se mais acentuadas. Sob a ótica militar, a nação brasileira e sua população se deparam com a exortação de serem robustas, disciplinadas, hábeis

e prontas para se equiparar às nações consideradas “civilizadas”. Desse ponto de vista, o físico não é apenas uma expressão corporal, mas sim um edifício da própria nação, erigida sobre alicerces de vigor, prontidão e competência.

A primeira constituição republicana, de 1891, não somente imprimiu a obrigatoriedade do serviço militar, como também fundamentou uma série de reformas nas Forças Armadas. No alvorecer da República, um conjunto de medidas reverberou nos meandros das Forças Armadas, entrelaçando-se intimamente com os arranjos políticos da época (Castro, 1995; 2012). A reformulação das Forças Armadas conferiu regulação definitiva às atribuições dos comandantes e à estruturação interna do pessoal, e engendrou a subdivisão territorial do Brasil em distritos militares. Através de documentos normativos, essa transformação institucional ganhou solidez, com destaque para a reestruturação do ensino técnico e físico das Forças Armadas com o estabelecimento do Serviço Sanitário e o delineamento das escolas militares (Decreto nº 277 de 1890; Decreto nº 431 de 1891; Lei nº 403 de 1896). A pressão reformista encapsulava a tentativa de alinhar o tecido da formação militar tradicional com a ideia de que os homens aptos para o serviço militar também seriam cidadãos comprometidos com os valores e interesses da nação. Emergia, assim, o anseio de forjar um cidadão-soldado “no coração do lar e no coração da Pátria” (Decreto nº 330, 1890).

Na transição do século XIX para o XX, tanto as autoridades militares quanto os intelectuais da época enfatizaram a importância do cuidado específico com o corpo masculino no contexto da preparação e organização militar em prol do “serviço à pátria”. A importância do cuidado com o corpo masculino entre aqueles que compunham e formariam as fileiras militares vinculou-se, intrinsecamente, aos projetos de reestruturação das instituições militares. A convicção era a de que as Forças Armadas desempenhariam um papel fundamental na educação e formação da cidadania nacional, contribuindo para a grandeza do país como uma nação líder e formidável (Alencar, 1913, p. 767). Naquele contexto, emergiram discussões voltadas aos interesses que suscitavam profundas inquietações acerca da saúde corporal e das medidas necessárias para aprimorar a aptidão física das tropas nacionais.

Inspirados pela ideia de moldar soldados ideais e, conseqüentemente, cidadãos robustos (Rio Branco, 1872, p. 34), buscava-se configurar uma nação dotada de um povo vigoroso, bem treinado e orientado para um *ethos* militar que se alinhasse com as “grandes nações” do mundo.

Este esforço transcendera a mera busca por excelência técnica e física no âmbito militar, estendendo-se aos padrões de eficácia, disciplina e higiene que ganharam proeminência durante a instauração da República. Relatórios oficiais dos ministérios militares, submetidos ao governo central, constantemente realçaram a atenção direcionada à melhoria da preparação física de soldados e marinheiros (Ministério da Guerra, 1892, p. 176; 1895, p. 27).

O treinamento militar se tornou uma questão crucial com a carência de educação e equipamentos profissionais adequados, levando a deficiências notadas em alguns recrutas. Um relatório do Ministério da Marinha datado de 1891, por exemplo, ressaltava as limitações na organização das escolas de aprendizado e a falta de recursos adequados para instrução prática, prejudicando o desenvolvimento físico necessário para as tarefas designadas (Ministério da Marinha, 1891, p. 14). A reforma das escolas preparatórias e as viagens educativas pelo país foram propostas como parte da solução para a “evidente deficiência de educação física indispensável a um militar”, proporcionando não somente a preparação física, mas também valores morais para o cidadão-soldado idealizado (Gonçalves, 1884, p. 308).

O comprometimento dos militares brasileiros com a cultura física permeou as Forças Armadas, refletindo a convicção de que o cuidado corporal viabilizaria habilidades cruciais para a eficácia militar e, primordialmente, a defesa nacional. A crescente atenção dedicada à saúde física dos soldados resultou na incorporação gradual de políticas de atividade física e higiene nos currículos de instituições de treinamento militar, inclusive sendo regulamentadas pela Inspetoria Geral de Higiene. Inspeções médicas resultaram em um padrão nas instituições militares, que permitia a exclusão de indivíduos considerados incapazes. Esse enfoque não se limitou apenas à formação moral e intelectual, mas abrangeu a composição física dos corpos militares. Exclusões de soldados de suas divisões militares, após avaliações médicas, foram documentadas com a justificativa de falta de robustez física. (Ministério da Guerra, 1893; p. 189 & p. 440).

Considerações sobre masculinidade e a “raça” nacional

Na virada do século XIX para o século XX, a chegada das teorias raciais ao Brasil instigou debates acerca de todas as implicações que a miscigenação racial poderia acarretar em termos da possibilidade ou impossibilidade de progresso e civilização para a nação. Conforme essas teorias, a mistura

de raças representava a degeneração física e uma ameaça ao futuro, uma afirmação que não trouxe conforto aos formuladores de políticas públicas e às instituições brasileiras. É inegável o fascínio que os intelectuais brasileiros nutriam pelos modelos europeus de racismo científico. Nesse período, as elites intelectuais brasileiras foram influenciadas pelo positivismo de Augusto Comte, o darwinismo social de Herbert Spencer, assim como o racismo científico Joseph Arthur Gobineau e Georges de V. de Lapouge (Maio; Santos, 2010).

A preocupação em conceber um modelo nacional existia nos principais centros do país. Contudo, as concepções sobre um projeto voltado ao desenvolvimento da “raça brasileira” não eram uniformes (Schwarcz, 1993). Em um universo diversificado de temas, intelectuais e lideranças político-militares brasileiras refletiam sobre questões internas, disputas em torno da centralização ou descentralização do poder, o passado escravista do país e o futuro da nação. Surgiram projetos visando à “salvação” nacional por meio do “aperfeiçoamento racial”. O determinismo racial, ainda que entendido de formas diversas, representava uma tendência forte entre as lideranças que governavam e pensavam o Brasil.

A partir de uma perspectiva científica fundamentalmente racista, personalidades de destaque, como Sylvio Romero e João Batista de Lacerda, haviam endossado, na virada dos séculos, a miscigenação como um meio de promover a assimilação racial dos grupos considerados inferiores e, assim, criar uma sociedade brasileira “branca” (Domingues; Sá; Click, 2003). Isso era visto como uma forma de escapar do determinismo que supostamente condenaria o Brasil ao subdesenvolvimento e à barbárie. Em contraste, personalidades como Gilberto Freyre surgiram com uma abordagem que entendia as contribuições dos diversos “grupos raciais” como componentes originais de um ideal de identidade brasileira, capaz de forjar uma coesão nacional, embora com evidentes demonstrações de hierarquização racial e preconceito nas concepções sobre miscigenação (Burke; Pallares-Burke, 2009; Silva, 2010). Os atores históricos envolvidos (fossem eles cientistas, líderes políticos, intelectuais ou médicos militares) foram responsáveis por criar, desenvolver e incorporar conceitos e teorias influenciados por diferentes correntes. Mais próxima ou distante do paradigma do racismo científico, a adesão aos corpos mestiços significava fundamentar os mitos de uma identidade nacional com base na fusão e integração de “raças” dentro de um tipo físico brasileiro idealizado.

Nesse contexto, destacou-se também a crença no papel crucial que as instituições militares teriam no aperfeiçoamento físico da “raça brasileira” e sua função como salvaguarda nacional perante possíveis ameaças estrangeiras. O desenvolvimento da musculatura dos jovens soldados era tido como imperativo para uma nação de recursos limitados superar adversários mais bem equipados. Intelectuais e militares compartilhavam a convicção de que a cultura física constituía a base da segurança e soberania do Brasil, evitando a subjugação às ambições imperialistas da Europa e dos Estados Unidos, alegando que a nação não poderia confiar em indivíduos fisicamente debilitados, de braços murchos” (Bilac, 1900, pp. 1-2).

Assim, a preparação militarizada de jovens cidadãos-soldados, considerados fisicamente aptos para a nação, era tida como a estratégia mais eficaz para resguardar o país, construir um futuro nacional sólido e assegurar a integridade da pátria. Era através do cuidado com o físico dos jovens militares que as instituições militares, por sua vez, forneceriam ao Brasil, uma geração mais robusta e preparada à defesa da pátria. A ideia de povo considerado “grande porém frágil” alimentou contínuos debates sobre a necessidade de reforma da estrutura militar para alcançar a “indispensável robustez intelectual e física” projetada para a nação (Bittencourt, 1904, pp. 9-10 e 100-101).

A Missão Militar Francesa e os antecedentes do Estado Novo

A necessidade de reforçar as Forças Armadas e garantir a defesa nacional já havia impulsionado a reestruturação das instituições militares brasileiras nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial (Carvalho, 2019). Por meio dos decretos n. 11.497 e n. 11.498, promulgados pelo Estado-Maior, deram-se a reorganização das tropas em serviço ativo e sua distribuição geográfica pelo território nacional, assim como a introdução dos novos regulamentos para departamentos sob a tutela do Ministério da Guerra através do decreto n. 11.853-A. Emerge, então, a Direção de Saúde como elemento-chave responsável por abordar não apenas questões relacionadas a materiais sanitários e higiene das tropas, mas também à preocupação com o cuidado corporal entendido como fundamental à nação brasileira (Brasil, 1915).

A atmosfera impulsionada pela Grande Guerra também fomentou o surgimento de movimentos nacionalistas, envolvendo não somente intelectuais, mas também organizações de diversos estratos sociais. Debatia-se publicamente o fortalecimento físico do cidadão-soldado através das

Forças Armadas e a importância da aptidão física para o serviço militar com destaque para características antropométricas como o cálculo do chamado “índice numérico de robustez”, baseado em altura, peso e circunferência torácica (Moraes, 1910, pp. 271-9; Cadaval, 1911, pp. 99-111).² Além disso, era incentivada a avaliação da “energia vital”, examinando-se os órgãos do corpo, histórico familiar e “harmonia constitucional” física como indicativos de saúde masculina (*O Exemplo*, 1916, p. 2).

Assim, uma Missão Militar Francesa chega ao Brasil com o objetivo não apenas de modernizar a instrução das tropas brasileiras, mas também de fortalecer os laços de uma idealizada “raça” ou “civilização latina” (*O Paiz*, 1919, p. 1; *Journal Officiel*, 1919, p. 5513).³ A aliança influenciou sobremaneira o processo de formação de oficiais, especialmente no campo doutrinário, durante o período entre as guerras, de 1919 a 1940. Adequando os preceitos oriundos do Exército Francês às peculiaridades da realidade brasileira, a referida Missão Militar Francesa, sob o comando do General Maurice-Gustave Gamelin, procedeu à introdução de abordagens inovadoras no âmbito da combinação entre a disciplina mental e física, as quais se harmonizaram com as já delineadas pelo aparato militar brasileiro. Nas palavras do ministro da Guerra, o general de brigada Alberto Cardoso de Aguiar, o objetivo era “divulgar e transmitir por todos os cantos do Brasil a instrução necessária aos verdadeiros soldados, os futuros líderes prontos para defender o território, a independência e a segurança da Nação” (Aguiar, 1919a, pp. 24-32).

O Regulamento da Instrução Física Militar, instituído em 1921, centralizava-se na “preparação física dos soldados” de todas as unidades, fundamentando-se nas “leis fisiológicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem” (Exército, 1921). No contexto do projeto francês de *culture physique*, apreendido pelos militares brasileiros, bem como nos ideais de masculinidade e na construção idealizada do cidadão-soldado, a orientação estava diretamente vinculada ao pensamento neo-Lamarckiano de eugenia e biopoder (Tumblety, 2012). Após capacitação dentro desse sistema “fundamentado nas leis fisiológicas que regem o crescimento e desenvolvimento humano”, os profissionais militares encarregados ainda conduziram, supervisionaram e disseminaram “os resultados notáveis alcançados” por meio da abordagem francesa, assegurando sua implementação no Brasil “tanto para a instrução de crianças até 16 anos quanto para adultos” (Decreto 14.784, 1921).

² O gaúcho José Ribas Cadaval (1863-1920) também escreveu importantes obras médicas militares como “Reorganização e regularização do Corpo de Saúde Naval” (1907) e “Tratado de Higiene Naval Militar” (1908).

³ Nas palavras do presidente francês, Raymond Poincaré, direcionadas ao presidente brasileiro Epitácio Pessoa: “civilisation latine, dont le Brésil est, lui aussi, un des glorieux héritiers”.

Durante a década de 1920, as Forças Armadas brasileiras progressivamente adotaram a abordagem do “moderno método francês” para a educação militar do corpo masculino, com o objetivo de promover sua uniformidade e disseminação em todo o território nacional (Ministério da Guerra, 1929, pp. 9-10). O intercâmbio com a Missão Francesa direcionou os militares brasileiros à ideia europeia da “nação em armas”, na qual as Forças Armadas não apenas desempenhavam um papel de defesa, mas também se erigiam como uma “escola de nacionalidade” (Nunn, 1983). Os militares se percebiam, assim, como os responsáveis por forjar um estreito senso de coesão nacional no vasto território brasileiro (Aguilar, 1919b, p. 4).

O Estado convocaria indivíduos de todas as esferas da sociedade, independentemente de sua origem social, conferindo-lhes uma estrutura militar considerada eficaz. No entanto, era exigida uma avaliação médica a fim de garantir que a composição física daqueles homens não fosse resultado de uma doença subjacente. De acordo com o art. 58 do Decreto nº 14.397, publicado em 9 de outubro de 1920, seriam dispensados antecipadamente apenas os “indivíduos de notória e indiscutível incapacidade para o serviço militar, ou seja, aleijados, paralíticos, mutilados, completamente cegos e doentes mentais” e os oficiais deveriam “satisfazer a condição de robustez” (Ministério da Guerra, 1929, pp. 9-10). Os oficiais estagiários seriam avaliados por uma comissão designada pelo Estado-Maior do Exército, submetendo-se a testes fisiológicos, bem como exames de instrução para a análise definitiva de suas competências e aptidões físicas.

O argumento de que a cultura física no serviço militar serviria de modelo para toda a nação brasileira foi defendido por proeminentes figuras da época, como o higienista Murillo de Campos, responsável pela clínica psiquiátrica do Hospital Central do Exército, bem como o médico e psiquiatra afro-brasileiro Juliano Moreira (Jacobina; Gelman, 2008, pp. 1077-1097). Alicerçavam-se no que consideravam o aprimoramento da preparação científica de corpos militarizados, visando principalmente aos estratos sociais menos privilegiados. O objetivo era promover não apenas o que chamavam de “higiene mental”, mas também gerar cidadãos-soldados mais aptos em termos de educação física e cívica (Campos, 1925, p. 97). Portanto, aqueles indivíduos que não atendiam satisfatoriamente aos padrões de controle institucionalmente estabelecidos eram dispensados das Forças Armadas por não apresentarem alguns requisitos físicos firmemente enraizados no entendimento da necessidade de combate. Em outras partes do mundo, por exemplo, a medicina militar não

apenas dispensava homens eugenicamente considerados inaptos física e mentalmente, como entendia que características corporais poderiam identificar futuros heróis (Davenport; Love, 1921; Foster *et al.*, 1967).

Meses antes da chamada Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder, o Ministério da Guerra regulamentou a criação do curso de especialização para tenentes médicos com foco nos estudos de biometria e biotipologia (Ministério da Guerra, 1930a, p. 464). Também se estabeleceu uma comissão encarregada de traduzir as normas de educação física do francês para o português no intuito de formar oficiais subalternos em instrutores e monitores visando a “divulgar, unificar e intensificar o ensino de educação física dentro do Exército” (Ministério da Guerra, 1930b, pp. 121-2). O programa, submetido anualmente ao Chefe do Estado-Maior do Exército, contava, entre outras disciplinas, com aulas de anatomia, fisiologia, antropologia e morfologia (Ministério da Guerra, 1930c, pp. 81-82). As autoridades militares brasileiras entendiam, portanto, que a preparação e o estudo analítico do corpo masculino nas Forças Armadas eram cruciais do ponto de vista da segurança nacional. Institucionalmente, entendia-se que o cuidado com o corpo tinha “profunda influência no moral e, portanto, também no vigor do cérebro” do cidadão-soldado idealizado pelo Estado brasileiro (Mallet, 1901, p. 70).

Esse processo gerou desdobramentos significativos durante a transição da Primeira República (1889-1930) para o regime de Getúlio Vargas, marcadamente autoritário entre 1937 e 1945. Surgiram iniciativas como a disseminação de consultórios de biometria e o desenvolvimento de estudos de biotipologia por médicos militares brasileiros. Com a chegada da Era Vargas, observou-se uma ampliação dos estudos biotipológicos nas instituições militares do Brasil, influenciados pelas classificações antropológicas e criminológicas do século XIX. Essa abordagem visava a categorizar os corpos dos militares a partir da medição e quantificação de suas características morfológicas e fisiológicas (Ramalho, 1932, pp. 31-32).

Estudos Biotipológicos Militares durante o Regime Vargas

A chamada Era Vargas também trouxe consigo iniciativas para estabelecer escritórios biométricos, consequência da influência que estudos de biotipologia tiveram entre os médicos militares brasileiros.⁴ Com o estabelecimento do Gabinete Biométrico na Escola de Educação Física do Exército, em 1932 no Rio de Janeiro, houve uma intensificação nos estudos biotipológicos, embasados, como dito previamente, nas cate-

gorizações antro-po-criminológicas do século anterior.⁵ Ao propor a medição das características morfológicas e fisiológicas masculinas de militares, acompanhada de análise estatística dos dados para criar infor-

mações numéricas, as instituições militares brasileiras passaram a categorizar os corpos dos soldados em tipologias. Foram feitos estudos biotipológicos regionais que contribuíram para um discurso biológico determinista acerca da identidade nacional brasileira nos anos 1930. Esse discurso encaixou-se no ideal do “novo homem” concebido do Estado Novo liderado por Getúlio Vargas que contava com “todo o apoio, lealdade e integral solidariedade” dos militares na conservação “vigilante na defesa do regime” autoritário (*Jornal do Brasil*, 1938, p. 7).

Estudos sobre o perfil físico de militares em regiões específicas, como o Nordeste e o Sudeste, revelaram o contexto em que os debates sobre raça, miscigenação e identidade nacional se entrelaçaram. Essa interação ocorreu concomitantemente às investigações sobre determinismo biológico e à consideração neo-Lamarckiana da influência de ambientes regionais e aspectos sociais no desenvolvimento corporal dos brasileiros. Ao apresentarem perspectivas regionais, os estudos biotipológicos contribuíram para a construção de discursos racializados sobre uma identidade brasileira miscigenada, mas que tinha como objetivo determinar o “novo” tipo corporal nacional.

As instituições militares continuaram a desempenhar, assim, papel crucial ao sustentarem o argumento de que a biotipologia e o cuidado com os corpos tinham importância capital não apenas nos quartéis, mas também nas escolas, onde se iniciaria a construção dos futuros cidadãos-soldados. Em 1932, por exemplo, o V Congresso de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educação para tratar do “problema da metodologia da educação física”, convidou pela primeira vez os militares a participar do evento. Nas palavras do 1º. Tenente Antonio de Mendonça Molina, a construção dessa masculinidade fisicamente idealizada era “o único caminho para regenerar uma raça latina” como a brasileira (Molina, 1932, pp. 37-38). Seguindo essa linha de raciocínio, eugenistas brasileiros treinaram técnicos para atuarem nas esferas federal, estadual e municipal, buscando “melhorar” corpos considerados “anti-higiênicos” que poderiam, segundo essa ideia, “criar uma raça doente” (Maméde, 1931, p. 9).

⁴ Por exemplo: A.S. Ramalho, “Das fichas biométricas: técnicas para a escolha e organização de dados biométricos e sua disposição em uma ficha de educação física”, *Revista de Educação Física* 10 (1933), pp. 3-5; W. Berardinelli, *Noções de biotipologia. constituição, temperamento, caracter* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933); I. Brown, *O normotipo brasileiro* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1934); J. P. Junior, *Biotipologia pedagógica* (Rio de Janeiro: Odeon, 1940); A. S. Ramalho, *Antropologia do brasileiro do interior paranaense* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1941); W. Berardinelli, *Tratado de biotipologia e patologia constitucional* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942).

⁵ Dr. Sette Ramalho, “O Gabinete Biométrico na educação física moderna,” *Revista de Educação Física* 1, 3, 1932, pp. 21-22.

Em 1934, dois anos após a criação do Gabinete Biométrico do Exército no Rio de Janeiro, surge o Gabinete Médico da Brigada Militar de Pernambuco, especializado em biotipologia e educação física, subordinado diretamente ao Interventor Federal (equivalente ao cargo de Governador) do estado (Ferraz; Lima Júnior, 1939). A criação do serviço de biotipologia militar refletia a interseção entre as políticas de Estado e os debates institucionais sobre as questões morfológicas, físicas e psicológicas em voga. Os trabalhos de biotipologia das instituições militares, até então inéditos, controlavam a formação das forças de combate em suas mais diversas formas. A biotipologia teve uma influência crucial na promoção dos conceitos de higiene e do exercício físico, aumentando sua influência ao organizar especialistas, treinar unidades especiais, escolher candidatos para diferentes cursos e organizar as aulas dos militares. Os biotipologistas brasileiros argumentavam em favor de um conhecimento mais abrangente sobre a constituição física dos candidatos a postos nas forças policiais e militares. Eles acreditavam que relatórios sistemáticos seriam de grande valor para o gabinete de Serviço de Saúde. Médicos militares brasileiros afirmavam que relatórios biotipológicos frequentes também forneceriam orientações para a política de “medicina preventiva”, uma ação fundamental realizada pelas organizações de saúde da época, especialmente nas forças militares ou militarizadas.

Um exemplo substancial de material produzido através dos estudos de biotipologia realizados pelas instituições militares, durante o regime de Vargas, foi o livro “Morfologia do Homem do Nordeste: estudo biotipológico” publicado em 1939 como parte da Coleção Documentos Brasileiros, dirigida e organizada pelo sociólogo Gilberto Freyre (Ferraz; Lima Júnior, 1939). Percebe-se nessa obra como a biotipologia militar brasileira seguiu as premissas teóricas dos italianos Giacinto Viola, Fabio Frassetto, Marcelo Boldrini e Nicola Pende.⁶ Os médicos militares acreditavam que a biologia e a psicologia individual interessavam não apenas a pesquisadores de higiene e medicina social, mas também a educadores, antropólogos e biólogos que estudavam os temas de herança biológica e eugenia. As instituições militares brasileiras adotaram a ideia da biotipologia como uma ferramenta destinada a auxiliar os esforços de estadistas e líderes políticos, os “condutores do povo”, ao estabelecerem uma política biológica de Estado ou, em suas palavras, uma “psicofisiologia” militar (Ferraz; Lima Júnior, 1939, Preâmbulo).

⁶ As obras *Biometria* (Pádua: C.E.D.A.M., 1927) de Boldrini, *Anomalia della crescenza fisica e psichica* (Bolonha: Ed. Capelli, 1929) escrita por Pende, assim como *La costituzione individuale* (Bolonha: Ed. Capelli, 1932) de Viola, serviram de base para os biotipologistas brasileiros.

Compilando uma vasta bibliografia de discussões e debates sobre biotipologia e as características raciais dos povos, os médicos militares responsáveis pelo estudo tinham como principal objetivo definir e descrever a constituição física do homem nordestino brasileiro. Eles compararam trabalhos dos brasileiros Oliveira Viana, Roquette Pinto e Gilberto Freyre com estudos baseados no racismo científico de autores

⁷ Em 1929, Oliveira Viana comentou sobre o que considerava o papel de Pernambuco no Brasil no tocante a dados antropométricos: “Acho que não é errôneo dizer que Pernambuco fundou [o primeiro] serviço regular de medição antropológica em nossa nação.” Ver “Introdução” de O. Viana, para a obra de Geraldo de Andrade intitulada *Contribuição ao estudo da antropologia social em suas relações com a higiene em Pernambuco* (Recife: Imprensa Oficial, 1929).

estrangeiros, incluindo o alemão Hans F. K. Günther e o francês Joseph Arthur de Gobineau.⁷ Ainda assim, o trabalho foi desenvolvido metodologicamente com base na teoria biotipológica dos eugenistas italianos mencionados anteriormente, considerada “excessivamente exigente” (Berardinelli, 1936). Os médicos militares brasileiros estabeleceram, assim, análises antropométricas, estatísticas corporais em gráficos, tabelas e escalas para determinar os biótipos de cada indivíduo mensurado e fotografado em “fichas de medidas fundamentais da constituição”. A biotipologia

desenvolvida nas instituições militares brasileiras baseou seus procedimentos agrupando os soldados em tipos antro-morfológicos e região de origem. Representações fotográficas para cada um dos biótipos acompanhavam equações criadas para calcular as medidas corporais e a descrição morfológica, criando um parâmetro nacional para futuros estudos orientados pela biotipologia desenvolvida nas instituições militares.

Ao analisar os biótipos de soldados advindos de diferentes áreas geográficas do estado de Pernambuco, os médicos militares concluíram que a noção de “raças superiores” e “raças inferiores” era relativa, pois, segundo eles, “uma raça poderá vencer uma outra, num determinado clima, por exemplo, e ser vencida pela mesma raça, em clima diferente” (Ferraz; Lima Júnior, 1939, p. 283). Além disso, o estudo mostra o “mulato” não como um problema para o Brasil, mas como fator integral do processo de embranquecimento da sociedade. A mestiçagem brasileira foi considerada assim “produto que cada vez mais se aproxima do branco que do negro” e não “verdadeiramente uma raça, mas sim um grupo étnico variável, transitório, com tendência a regressar para uma das raças fatoras do cruzamento” (Ferraz; Lima Júnior, 1939, pp. 280-281). Nessa perspectiva neo-Lamarckiana, era possível modificar as condições do corpo e, portanto, “melhorar a raça” brasileira, por meio de mudanças externas nas condições ambientais. Ao coletar dados, medir soldados e desenvolver estatísticas em locais como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná, os estudos de constituição morfológica desenvolvidos institucionalmente durante o regime

de Getúlio Vargas objetivavam “estabelecer classes homogêneas” de pessoal militar (Ferraz; Lima Júnior, 1939, Prefácio).

A interpretação dos resultados dos estudos biotipológicos nas instituições militares esteve no centro das discussões sobre determinismo racial, miscigenação e também do ideal de masculinidade do cidadão-soldado. O conhecimento biotipológico desenvolvido no Brasil por médicos militares deparou-se, assim, com um dos principais dilemas das teorias racistas na América Latina, que consistia em criar uma homogeneidade nacional a partir de populações heterogêneas. Nesse contexto, a biotipologia brasileira desempenhou um papel significativo nas controversas narrativas simbólicas que cercavam a condição de um Brasil mestiço aspirando à idealização da brancura. Por fim, a busca pela construção do corpo robusto e viril do soldado brasileiro não apenas moldava uma representação masculina idealizada, mas também refletia as contradições presentes no papel das instituições militares na busca por uma nação idealizada.

Conclusão

A construção política do ideal (ou ideais) de masculinidade deixa marcas culturais nas sociedades. Elabora representações visuais e reforça funções sociais claramente definidas em discursos que utilizam estereótipos de gênero sob a justificativa, como foi analisado aqui por exemplo, no patriotismo e no ideário de “raça” nacional. Especificamente, a elaboração de uma masculinidade idealizada permeou os esforços de criar uma noção de nação no Brasil desde o início da República em 1889.

Nos primeiros anos republicanos, essa idealização esteve estreitamente ligada aos esforços das instituições militares em aprimorar a “raça brasileira” e fortalecer a identidade nacional, consolidando o poder central. Os deslocamentos das tropas e a interação de oficiais entre diferentes áreas militares visavam criar uma conexão simbólica entre regiões e promover a coesão nacional, permitindo a manutenção de certa estabilidade no vasto e complexo território brasileiro. A locomoção frequente de corpos militares tão heterogêneos por todo o território não apenas estabeleceria uma ligação física, mas também simbólica entre as regiões, desempenhando a sonhada “unidade doutrinária” como um fundamento coeso para a nação. Ademais, o recrutamento para preencher quadros inferiores, etnicamente diversos, refletia também a crença das autoridades do início do século XX na capacidade das instituições militares de “melhorar” indivíduos e, então, homogeneizar as Forças Armadas.

As práticas científicas nas instituições militares têm raízes profundas no Brasil. Desde as ideias neo-Lamarckianas manifestadas com a Missão Militar Francesa, até o apoio central da ditadura de Getúlio Vargas à biometria e biotipologia, fica evidente a percepção dos líderes políticos sobre o governo direcionando recursos políticos, médicos e econômicos para a construção de uma cultura física masculinizada, visando controlar e moldar corpos subalternos que servissem à nação. Neste sentido, os princípios da biotipologia ganharam destaque nas Forças Armadas, já que cuidar do corpo viabilizaria o desenvolvimento de habilidades cruciais para a defesa nacional. Com setores militares desempenhando um papel decisivo na consolidação da Revolução de 1930, a Era Vargas teve presença militar marcante em defesa do regime. Os estudos biotipológicos regionais e as medidas do governo de Getúlio Vargas refletiam a busca por uma masculinidade idealizada, onde as instituições militares eram protagonistas na sua promoção.

O conhecimento e práticas corporais militares se tornaram a base das iniciativas políticas do Estado Novo para identificar perfis morfofisiológicos e biotipológicos dos soldados brasileiros, como parte do ambicioso projeto de moldar a população à imagem do regime. A incorporação da morfologia dos corpos masculinos nesse contexto demonstra como a visão de masculinidade militarizada foi essencial na reestruturação institucional e na formulação de políticas de Estado nos primeiros anos da República. A ênfase na morfologia dos corpos militarizados fortalecia o ideal de masculinidade e refletia a crença na associação de certas características físicas com traços desejáveis de personalidade e capacidade.

Ao analisar as instituições militares nos primeiros anos da República brasileira, percebe-se como as representações de masculinidade influenciaram tanto as estruturas internas das Forças Armadas quanto a sociedade em geral, reforçando determinadas noções de masculinidade alinhadas aos padrões dominantes. Através dessa militarização, o Estado brasileiro estabeleceu uma ligação entre características associadas à masculinidade e a idealização de indivíduos e seus corpos. Acreditava-se que corpos masculinos forjados institucionalmente contribuiriam para a formação da identidade nacional, transformando homens em modelos de liderança e virtude. Dessa forma, as instituições militares tiveram relação direta com os pensamentos sobre a construção da identidade nacional através do direcionamento institucionalizado de corpos masculinos, desempenhando papel crucial na disseminação do ideal do “cidadão-soldado”, responsável pela defesa da pátria e pela ordem e progresso da nação.

Bibliografia

- Aguiar, A. C. de. (1919a). "Ensino Militar e Missão Franceza". *Relatorio do Ministerio da Guerra 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, maio.
- (1919b). "Sr. Vice-Presidente da Republica". *Relatorio do Ministerio da Guerra 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, maio.
- Alencar, A. (1913). "Escola de Pirapora". *Revista Maritima Brasileira*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Liga Maritima Brasileira, Ano XXXIII, n. 6, dezembro, pp. 751-768.
- Almeida, M. (2004). "Os primeiros anos da República Brasileira e sua conturbada estabilização: militares, civis e monarquistas". *Perspectivas Latinoamericanas*, Nagoya, Center for Latin American Studies – Nanzan University, n. 1, pp. 193-206.
- Barros, G. A. de (2021). "O trabalho em prol da nação: as representações do homem na revista *Alterosa* (1939-1945) durante o Estado Novo". *Historia de la Educación – Anuario*, Buenos Aires, vol. 22, n. 2, pp. 29-45.
- Berardinelli, W. (1936). *Biotipologia: constituição, temperamento, caracter*. 3. ed. modificada e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bilac, O. (1900). "Salamina". *Jornal do Rio*. Rio de Janeiro, Anno XII, n. 192, 14 de Agosto, pp. 1-2.
- Bittencourt, L. (1904). *Reforma do Exercito: Questões de Estado-Maior*. Rio de Janeiro: Typ. Altina.
- Bourdieu, P. (2002). *A Dominação Masculina*. 2ª. Edição. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. (1890). "Decreto nº 277, de 22 de Março de 1890 - Reorganiza o Corpo de Saude e o serviço hospitalar do Exercito", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-277-22-marco-1890-504214-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 18/02/2022).
- (1890b). "Decreto nº 330, de 12 de Abril de 1890", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 18/02/2022).
- (1891). "Decreto n. 431, de 2 Julho de 1891 - Divide em sete districtos militares o territorio da Republica e extingue os logares de commandante de armas e de brigada," <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-431-2-julho-1891-525018-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 19/02/2022).
- (1896). "Lei n. 403, de 24 de outubro de 1896 - Crea o Estado-Maior do Exercito e a Intendencia Geral da Guerra, e dá outras providencias," <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-norma-pl.html>> (último acesso em 19/02/2022).
- (1915a). "Decreto nº 11.497, de 23 de Fevereiro de 1915", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11497-23-fevereiro-1915-513642-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 21/02/2022).
- (1915b). "Decreto nº 11.498, de 23 de Fevereiro de 1915", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11498-23-fevereiro-1915-509952-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 21/02/2022).
- (1915c). "Decreto nº 11.853-A, de 31 de Dezembro de 1915", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11853-a-31-dezembro-1915-519208-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 24/02/2022).
- (1920). "Decreto nº 14.397, de 9 de Outubro de 1920 - Approva o regulamento do Serviço Militar", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14397-9-outubro-1920-511088-publicacaooriginal-94126-pe.html>> (último acesso em 27/02/2022).
- (1921). "Decreto nº 14.784, de 27 de Abril de 1921", <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html>> (último acesso em 27/02/2022).
- Cadaval, J. R. (1911). "Considerações geraes sobre a utilidade palpitante da publicação de um tratado de Hygiene Militar para uso do Exercito Brasileiro e de um Vade Mecum do soldado patricio". *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Anno II, n. 2, Agosto, pp. 99-111.

- (1913). “A Higiene Naval Brasileira”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Liga Marítima Brasileira, Anno XXXIII, n. 4, outubro, pp. 481-496.
- Campos, M. de. (1925). “Notas sobre a hygiene mental no Exercito”. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental - Órgão official da Liga Brasileira de Hygiene Mental*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, ano I, n. 1, março, p. 97.
- Carvalho, J. M. de (2019). *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castro, C. (1995). *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- (2012). *Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV.
- Davenport, C. B. e Love, A. G. (1921). *The Medical Department of the United States Army in the World War. Vol. 15. Statistics, pt. 1. Army Anthropology Based on Observations Made on Draft Recruits, 1917-1918, and on Veterans at Demobilization, 1919*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
- Domingues, H. M. B., Sá, M. R. e Click, T. (2003). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Ferraz, A. e Júnior, A. L. (1939). *Morfologia do Homem do Nordeste – Estudo Biotipológico*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Foster, W. B.; Hellman, I. L.; Hesford, D.; e McPherson, D. G. (1967). *Physical Standards in World War II*. Washington, D.C.: Office of the Surgeon General, Department of the Army.
- Gonçalves, S. J. (1884). “Exercícios Militares”. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista do Exército Brasileiro, Anno Terceiro.
- Jacobina, R. R. e Gelman, E. A. (2008). “Juliano Moreira e a *Gazeta Médica da Bahia*”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 4, pp. 1077-1097.
- Jornal do Brasil*. (1938). “O Exército e a Marinha apresentam cumprimentos de Ano Novo ao Sr. Presidente da República – Como falou o General Eurico Gaspar Dutra.” Rio de Janeiro, Ano XLVII, n. 2, 04 de janeiro, p. 7.
- Journal Officiel*. (1919). “Partie Non Officielle”. *Journal Officiel de la République Française*. Paris: Cinquante et unième année, n. 144, 28 de maio.
- Maio, M. C. e Santos, R. V. (2010). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Mallet, J. N. M. (1901). “Tiro Nacional”. *Relatório Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Maméde, J. (1931). “Esboçando um relatório geral, já em princípio de outubro deste anno havia a Secretaria da Justiça, Educação e Interior divulgado as seguintes considerações.” *Boletim da Directoria Technica de Educação I*, vol. 9, Coleções Especiais, Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.
- McCann, F. D. (2004). *Soldiers of the Pátria: A History of the Brazilian Army, 1889-1937*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Ministério da Guerra. (1892). “Decreto n.750 A 2 de Março de 1892 - Approva o regulamento para o Collegio Militar”. *Relatório Apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra em Maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- (1893a). *Boletim do Exército, Repartição de Ajudante General - Ordem do Dia n. 423 – Hygiene*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.
- (1893b). *Boletim do Exército, Repartição de Ajudante General - Ordem do Dia n. 643 – Baixas do serviço*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.
- (1895). “Collegio Militar”. *Relatório Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra em Maio de 1895* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional).
- (1921). “Decreto 14.784, de 27 Abr 1921 - Aprova o Regulamento de Instrução Física Militar para todas as armas – 1ª Parte”. *Boletim do Exército N. 339*. Rio de Janeiro, 10 de agosto.
- (1922). “Portaria de 10 JAN 1922 - Cria o Centro Militar de Educação Física na Villa Militar, junto à Escola de Sargentos de Infantaria e aprova as instruções para o

- seu funcionamento". *Boletim do Exército*, N.431. Rio de Janeiro, 20 de janeiro.
- (1929). "Curso Provisorio de Educação Physica". *Boletim do Exército* N.535 2ª Parte. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 5 de julho.
- (1930a). "Centro Regional de Educação Physica". *Boletim do Exército* N.574. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 20 de janeiro.
- (1930b). "Instrucções para o Centro Militar de Educação Physica". Departamento do Pessoal da Guerra. *Boletim do Exército* N.576 1ª Parte. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 31 de janeiro.
- (1930c). "Centro Militar de Educacao Physica". *Boletim do Exército* N.587 2ª Parte. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.
- (1930d). "Regulamento francez de educação physica". *Boletim do Exército* N.596. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 11 de janeiro.
- Ministério da Marinha. (1891). "Batalhão Naval". *Relatório Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro d'Estado dos Negocios da Marinha, Contra-Almirante Fortunado Foster Vidal em Junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Molina, A. M. (1932). "Importância da Educação Física Para Um Povo - O Método Adotado - Razões de Sua Adoção." *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, pp. 37-38.
- Moraes, J. de. (1910). "A Higiene Militar Brasileira. Passo do Soldado Nacional. I". *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, ano I, n. 5, Outubro, pp. 271-9.
- Nunn, F. M. (1983). *Yesterday's Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- O Exemplo. (1916). "Voluntariado de manobras - Instrucções". *O Exemplo: Jornal do Povo*. Porto Alegre, n. 31, 3 de setembro, p. 2.
- O Paiz. (1919). "A chegada do Dr. Epitacio Pessoa". Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 12.702, 21 de julho, p. 1.
- Pallares-Burke, M. L. e Burke, P. (2009). *Repensando os trópicos Um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp.
- Ramalho, A. S. (1932). "O Gabinete Biométrico na educação física moderna". *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, julho, pp. 21-22.
- (1933). "Ficha morfológica tipo-brasileiro a ser adotada nos corpos de tropa e estabelecimentos militares". *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro, n. 6.
- Rio Branco, V. (1872). "Escola Militar". *Relatorio Apresentado À Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima-Quarta Legislatura Pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios da Guerra, Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.
- Santos, H. B. e Nardi, H. C. (2018). "Entre o trabalhador e o vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil". *Temas em Psicologia*. Ribeirão Preto, vol. 26, n. 4, dezembro, pp. 2299-2316.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Silva, S. C. (2010). *Tempos de Casa-Grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva.
- Tumblety, J. (2012). *Remaking the Male Body: Masculinity and the Uses of Physical Culture in Interwar and Vichy France*. Oxford: Oxford University Press.
- Viotti da Costa, E. (2010). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp.